



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lula da Fonte

CD/24433.67385-00

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2024

(Do Sr. Deputado Lula da Fonte)

Regula as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória nº 1.204, de 29 de dezembro de 2023.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Este Decreto Legislativo regula, com fundamento no art. 62, § 3º, da Constituição Federal, as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória nº 1.204, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 2º Ficam validados os efeitos da Medida Provisória nº 1.204, de 29 de dezembro de 2023, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para atender à programação constante do Anexo a esta Medida Provisória.

Art. 3º As relações jurídicas constituídas decorrentes de atos praticados durante sua vigência, incluindo o empenho, a liquidação e o pagamento, conservar-se-ão por ela regidas.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.204, de 29 de dezembro de 2023, abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 314.000.000,00 (trezentos e quatorze milhões de reais) em favor do o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para o atendimento de despesas com ações de resposta e recuperação de infraestrutura destruída por desastres, devido ao





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte


CD/24433.67385-00

agravamento dos eventos climáticos em função dos efeitos do fenômeno El Niño, além do apoio à implantação, ampliação ou melhorias de infraestruturas de oferta de água para segurança hídrica, no norte do Estado de Minas Gerais.

Em consulta ao Siop, verifica-se que foram empenhados R\$ 313,9 milhões, ou seja, quase a totalidade dos recursos previstos na referida MP.

Diante do término do prazo de vigência da referida MP em 31 de maio de 2024, apresentamos este Decreto Legislativo visando à manutenção das relações jurídicas constituídas decorrentes de atos praticados durante sua vigência, incluindo o empenho, a liquidação e o pagamento.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2024.


Deputado Lula da Fonte

PP/PE

